



Câmara dos Deputados

COMISSÃO DE CULTURA

REQUERIMENTO Nº , DE 2017 (Do Sr. Arnaldo Jordy)

Requer a realização de audiência pública para debater sobre a situação das políticas públicas que estão sendo desenvolvidas para atender os artesãos no país.

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 255 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requeiro a Vossa Excelência a realização de Audiência Pública para debater sobre as políticas públicas que estão sendo desenvolvidas para atender artesãos; sobre propostas para melhoria da Lei nº 13.180 de 2015 – que regulamenta a atividade de artesão; estímulos que estão sendo desenvolvidos para o fomento das feiras nacionais de artesanato.

Para tanto solicito que sejam convidados:

- 1) Representante do Ministério da Cultura;
- 2) Representante do Ministério do Turismo;
- 3) Sr. Darlindo Oliveira – Presidente da Federação das Associações e Cooperativas de Artesãos do Pará;
- 4) Sr. Paulo Chaves – Secretário de Cultura do Estado do Pará;
- 5) Confederação Nacional dos Artesãos do Brasil.

JUSTIFICATIVA

O artesanato pode ser definido como “um complexo de atividades de natureza manual, através das quais o homem manifesta a criatividade espontânea”, segundo Carlos Pereira.

No Brasil, as atividades artesanais são desenvolvidas por núcleos familiares artesanais, majoritariamente situadas em regiões mais pobres, e cuja produção artesanal apresenta uma grande variedade de expressões e quantidade de matérias-primas disponíveis. Ao longo dos últimos anos, essa atividade tem apresentado um ritmo de expansão acelerado, constituindo-se como uma atividade econômica com grande potencial de crescimento, atuando, inclusive, como fonte geradora de emprego e renda. A política de fomento ao artesanato brasileiro assumiu um caráter sistematizador a partir de 1977, quando o Governo Federal, através do Ministério do Trabalho, instituiu o Programa Nacional de Desenvolvimento do Artesanato.

O incentivo à produção artesanal constitui, portanto, uma forma alternativa de incentivo às economias de base local, assegurando a preservação da cultura local, bem como a geração de emprego e renda para inúmeras famílias, considerando que grande parte dessas pessoas encontra no artesanato uma forma de garantir a própria sobrevivência e a manutenção do bem estar de seus familiares.

A produção artesanal de objetos proporciona um complemento para a renda e é ainda um trabalho informal para a maioria dos artesãos, conforme pesquisa realizada pela plataforma digital Clube de Artesanato, divulgada na abertura da feira Mega Artesanal, ocorrida em julho de 2017 em São Paulo.

O levantamento foi realizado com 3.649 entrevistados de todo o país nos meses de maio e junho e mostrou que apenas 17,7% dos artesãos são legalizados como microempreendedor individual. O restante permanece na

informalidade, sendo que 45,8% disseram que não tem interesse em se registrar e 21,5% afirmaram que não saem da informalidade porque não tem incentivos do governo nem como arcar com os custos altos de uma empresa.

Ainda de acordo com o levantamento, 70% das pessoas fazem artesanato e vendem entre amigos e familiares, e apenas 8% têm uma pequena loja, o que comprova, mais uma vez, a informalidade neste ramo de negócio, disse Lucas Ferreira, gestor de marketing do Clube do Artesanato.

A motivação de 49% dos entrevistados que trabalham com artesanato é a complementação da renda familiar. Em 63% das residências, há apenas uma pessoa com trabalho fixo e, em momento de crise, o artesanato ajudou 56% dos entrevistados. Além disso, 31% dos artesãos sustentam entre duas e quatro pessoas com a renda de seu trabalho.

Importante se faz que os membros da Comissão possam discutir com profundidade o tema.

Sala das Comissões, de outubro de 2017.

Deputado Arnaldo Jordy PPS/PA